



Projeto para agilizar Justiça abre a semana de votações

Plenário deve decidir amanhã sobre a proposta de Lei da Mediação, que pode facilitar acordos em conflitos, desafogando os tribunais

Texto pretende evitar a necessidade de sentenças judiciais por meio da figura de um mediador que facilitará a negociação para uma solução consensual. O objetivo é que a mediação possa acontecer mesmo em conflitos que envolverem a administração pública. O projeto

inicial foi apresentado por uma comissão de juristas instituída em 2013 pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Responsabilidade de União, estados e municípios na segurança pública também está na pauta, assim como financiamento público de campanhas eleitorais. **3**

Líderes partidários escolherão nomes para compor CPI da CBF 5

Criação de regras para greve dos servidores será discutida hoje 6

Parlamentares sabatinam amanhã indicados para o Cade 4

ACONTECEU NO SENADO

Senadores aprovaram MPs do ajuste fiscal

Na semana passada, o Plenário aprovou a MP 665, que muda as regras do seguro-desemprego e do abono salarial; a MP 664,

que trata do auxílio-doença e da pensão por morte; e a MP 668, que aumenta a tributação de produtos importados. **8**



Manifestantes protestam na galeria do Senado e pedem rejeição da MP do seguro-desemprego



Ana Amélia, entre os senadores Dário Berger e Donizeti Nogueira, preside audiência em Palmas

Debatedores cobram verba para Tocantins

Apesar dos recursos naturais propícios à criação de peixes e outros organismos aquáticos, a aquicultura não desenvolve todo o potencial no Tocantins devido à falta de investimentos, segundo especialistas que participaram de audiência promovida no estado pela Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária. Perspectivas da agricultura de baixo carbono e a necessidade de apoio à pesquisa também foram debatidas. Ana Amélia, que presidiu a audiência, criticou a falta de integração entre os órgãos responsáveis pelo atendimento aos aquicultores. **5**

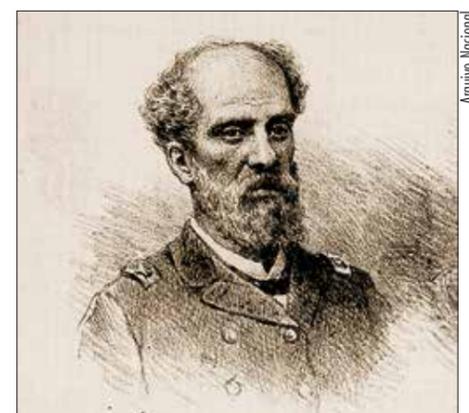
Nova coluna do jornal intensifica transparência

Estreia na semana que vem a coluna *Senado Transparente*, que toda segunda-feira vai apresentar informações sobre despesas administrativas do Senado e as medidas de austeridade que vêm sendo tomadas para reduzi-las. Os gastos com pessoal são um exemplo: hoje a Casa gasta menos da metade do que permite a lei. **6**

Revista *Em Discussão!* explica crise de água e energia 2

Comissão avalia federalização da educação básica 4

ARQUIVO **S**



O general Galvão de Queiroz, um dos reprovados

1894, o ano que em o Senado barrou cinco nomes para o Supremo

O Arquivo do Senado guarda o parecer de 1894 em que os senadores explicam por que rejeitaram a indicação de Barata Ribeiro, feita por Floriano Peixoto, para o posto de ministro do STF. O motivo: ele era médico e não tinha notável saber jurídico. Dois generais, um subprocurador da República e o diretor dos Correios também foram barrados pelo Senado naquele ano. **7**

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **integra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Durante três dias, programa de tecnologia do Senado reuniu mais de 150 técnicos e parlamentares para troca de experiências e atualização de ferramentas em prol da transparência do Legislativo

Evento no Interlegis leva inovação às câmaras do país

O CAMINHO DA transparência não tem volta, mas ainda está longe do ideal. Esse pode ser o resumo das discussões ocorridas no 7º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia, encerrado na sexta-feira. Em três dias, mais de 150 pessoas de Casas legislativas do país participaram de debates e troca de experiências e estão levando para as cidades novas ferramentas de trabalho.

— Vim buscar inovações e estou levando muitas novidades boas para a cidade — resumiu Flávio Rios, da Câmara Municipal de São Gabriel (RS).

A maioria dos presentes era da área de tecnologia da informação, mas muitos parlamentares participaram. “O evento é de grande valia, não só para nós, vereadores, como para a população de um modo geral”, disse João Cavalcante, vereador em Olho d’água do Borges (RN).

Sesostriis Vieira, chefe do Serviço de Pesquisa e Desen-



Representantes da área de TI e parlamentares estiveram presentes no encontro

volvimento Tecnológico do Programa Interlegis, frisou a importância da tecnologia para a transparência do Legislativo e a participação no encontro de representantes do Executivo, da Controladoria-Geral da União (CGU) e de organizações não governamentais.

Controle social

Everton Kischlat, da CGU, defendeu o aumento de iniciativas conjuntas do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil para garantir mais transparência e controle social no uso dos recursos públicos. Ele sugeriu o desenvolvimento de

ferramentas semelhantes às do Interlegis para as prefeituras, que têm impedimentos de ordem tecnológica.

Mesmo com os avanços, Kischlat advertiu que ainda falta transparência e controle nas Casas legislativas no acompanhamento de emendas orçamentárias. A experiência da CGU mostra, de acordo com Kischlat, que a parceria com instituições da sociedade voltadas para a fiscalização e o controle é o que tem apresentado os melhores resultados. “Estamos sedentos por parcerias para fazer a transparência acontecer”, concluiu.

Sabatinas de autoridades têm participação popular

Uma lista de indicados para cargos públicos no Judiciário, no Executivo e em agências reguladoras está disponível no site do Senado. Em maio, a participação popular nas sabatinas de indicados a cargos nos tribunais superiores, em embaixadas do Brasil e outras instituições passou a ser possível. Antes e durante as sabatinas nas comissões dos indicados pela Presidência da República para esses cargos, os cidadãos podem enviar aos senadores informações ou perguntas por meio do Portal e-Cidadania (na página www.senado.leg.br/audienciainterativa) e pelo Alô Senado.

As sabatinas interativas começaram no último dia 12, com o exame da indicação do jurista Luiz Edson Fachin para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A reunião na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ) durou mais de 11 horas; só para ele foram enviados 656 comentários.

Todas as dúvidas e opiniões chegam primeiro ao senador relator da comissão, que decide quantas e quais mensagens serão encaminhadas ao indicado, conforme o seu entendimento e o tempo disponível. Atualmente existem 33 nomes à espera de exame pelo Senado.

A mensagem presidencial com o nome do indicado chega ao Senado, sendo en-

tão escolhida a comissão em que será ouvido, dependendo da área de atuação. Após a leitura do relatório, é feito o pedido de vista coletiva para os senadores analisarem a indicação. Em seguida, é realizada a arguição pública da autoridade e a indicação é submetida à votação no colegiado. Se aprovada, segue para mais uma votação secreta e nominal no Plenário. São necessários 41 votos favoráveis dos 81 senadores para aprovar uma indicação.



Internauta pode mandar perguntas e informações por meio do Portal e-Cidadania

Senado celebra 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral

O Senado homenageia hoje os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral. A reinstalação se deu em 1945, após a Constituição de 1937 ter extinto esse braço da Justiça. A sessão especial, requerida por Romero Jucá (PMDB-RR), será às 11h, no Plenário do Senado.

Segundo Jucá, com a ruptura democrática ocasionada pelo

Estado Novo, a Constituição de 1937 não previu a Justiça Eleitoral. Na retomada do ambiente democrático, em 1945, foram recriados órgãos e serviços eleitorais pelo Decreto-Lei 7.586, conhecido como Lei Agamenon.

Desde então, foram registrados avanços, como o cadastro nacional de eleitores, a urna

eletrônica e a identificação biométrica. “A Justiça Eleitoral está sempre se renovando, posicionando-se como órgão de vanguarda”, afirmou Jucá no requerimento.

Para ele, essa comemoração significa reconhecer o valor do sufrágio universal como princípio básico da consolidação da democracia.

Geração de eletricidade na crise hídrica é tema de *Em Discussão!*

O Brasil tem enfrentado sérios desafios à geração de energia elétrica a preços compatíveis com as necessidades do desenvolvimento econômico e ao menor custo ambiental possível. De um lado, a crise hídrica dos últimos anos afeta os reservatórios das usinas; de outro, questões estruturais e de planejamento trazem incertezas ao setor. Há, ainda, a premência de investimentos em fontes alternativas.

Num cenário de ajuste fiscal, queda na atividade econômica e aumento nas contas de luz, o debate sobre a produção e o abastecimento de energia tem mobilizado não só as autoridades, técnicos do setor, estudiosos e parlamentares, mas igualmente os empresários e a população.

Todos são unânimes em apontar para os efeitos danosos, em termos ambientais e econômicos, das caras e poluentes termelétricas, mas como fazer para diversificar a matriz energética brasileira?

É o que a revista *Em Discussão!* propõe debater em sua 25ª edição, que será lançada na quarta-feira, às 8h30, no início da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A revista entrevistou senadores que têm propostas para alterar a legislação do setor e especialistas, além de compilar os registros de audiências públicas, de modo a oferecer aos leitores um amplo painel da energia elétrica no contexto da crise hídrica.



Fontes alternativas de energia estão entre os pontos abordados na revista

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Direito de greve

9h Audiência interativa sobre direito de greve, com sindicalistas e representantes do Ministério do Planejamento.

PRESIDÊNCIA Sessão especial

11h Renan Calheiros preside sessão especial destinada a comemorar os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral.

SESSÃO ESPECIAL Justiça Eleitoral

11h Comemoração dos 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

TERÇA

CCT TV digital

9h Audiência pública sobre transição para o sistema de TV digital, com representantes da EBC, da Abratel e do Ministério das Comunicações.

CMA Agência Nacional de Águas

9h30 Votação de Ney Maranhão para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e, em seguida, pauta com 10 itens.

CAE Cade

10h Leitura de relatórios sobre sabatinados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça.

CE Revalidação de diplomas

11h Na pauta, o PLS 320/2014, sobre revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras.

QUARTA

MP 671 Futebol

11h Análise de relatório sobre o programa de modernização da gestão do futebol.

PACTO FEDERATIVO Plano de trabalho

14h Comissão especial apresenta plano de trabalho sobre o pacto federativo.

MP 670 Tabela do Imposto de Renda

15h Votação de relatório da medida provisória sobre os valores da tabela mensal do imposto de renda pessoa física.

INSTITUCIONAL Revista *Em Discussão!*

8h30 Lançamento da revista *Em Discussão!*, edição 25: “O Desafio da Energia — saídas para a geração de eletricidade”, na Comissão de Infraestrutura (CI).

CAS Indicado para a Anvisa

9h Análise de Fernando Mendes Garcia Neto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e audiência pública sobre psoríase.

CDR Calamidades

9h Na pauta, o PLS 102/2015, que dá benefício a famílias durante calamidades.

CRE Lei de Migração

14h30 Na pauta, turno suplementar do projeto da Lei de Migração (PLS 288/2013).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS COP-21

14h30 Audiência pública com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobre a proposta brasileira para a COP-21.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Objetivo do projeto, que está em regime de urgência, é desafogar a Justiça brasileira, por meio de acordos entre os envolvidos, antes que os tribunais precisem decidir

Plenário deve votar Lei da Mediação amanhã

O SENADO RETOMARÁ as votações amanhã, às 14h, examinando o substitutivo da Câmara (SCD 9/2015) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 517/2011, que regula a mediação judicial e extrajudicial como forma de solução de conflitos, inclusive tendo a administração pública como parte.

O objetivo da proposta é desafogar a Justiça brasileira por meio de acordos entre as partes, antes mesmo de uma decisão nos tribunais.

A proposta tramita em regime de urgência e deve receber parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em Plenário. Nesta semana, o presidente do Senado, Renan Calheiros, atendendo a sugestão do líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), prometeu colocar em votação a proposta nas primeiras sessões de junho.

O projeto foi discutido por comissão de juristas instituída por Renan em 2013. Os juristas apresentaram dois anteprojetos: um sobre arbitragem e outro sobre mediação. O

primeiro deu origem ao PLS 406/2013, posteriormente transformado em lei após sanção com vetos pela presidente Dilma Rousseff.

A outra proposta da comissão de juristas (PLS 407/2013) acabou sendo discutida em conjunto com o PLS 517/2011, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), aprovado pelo Senado no fim de 2013. A Câmara fez modificações no projeto e agora os senadores decidirão sobre o texto final.

Arbitragem e mediação são métodos alternativos de solução de conflitos. A diferença é que, na arbitragem, um terceiro (árbitro), escolhido pelas partes, efetivamente decide a questão. Já na mediação, o terceiro (mediador) apenas tenta facilitar a comunicação e negociação, para que as próprias partes cheguem a uma solução consensual.

O projeto de Lei da Mediação tem como propósito ampliar as hipóteses em que é possível a utilização da mediação, inclusive quando o conflito envolver a administração pública.



Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, discursando na entrega do anteprojeto da Lei da Arbitragem, em 2013

Segurança e reforma política na pauta

Também na pauta de votações da semana está a PEC 33/2014, que inclui na Constituição a segurança pública como uma das obrigações de competência comum entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O objetivo é gerar responsabilidade na definição de políticas públicas que possam trazer mais segurança.

Constam da pauta também projetos da reforma política, como o PLS 268/2011, do ex-senador José Sarney, que estabelece o financiamento público exclusivo para cam-

panhas eleitorais, e o PLS 60/2012, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR), que proíbe doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos.

Deve ser apreciado ainda o PLC 13/2013, que prevê para engenheiros, arquitetos e agrônomos que ocupam cargos efetivos no serviço público o reconhecimento das carreiras como essenciais e exclusivas de Estado.

Cristovam faz sugestões para o governo do DF superar dificuldade fiscal

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu ao governo do Distrito Federal (GDF) ações criativas e de baixo custo para melhorar a educação, que podem ser adotadas mesmo em momento de crise fiscal. O senador reconheceu os esforços do governador Rodrigo Rollemberg em superar o déficit herdado da administração anterior, mas alertou para o risco de o governo ficar preso na armadilha da dificuldade fiscal.

— Não adianta fingir que não estamos em séria crise fiscal, mas não podemos ficar presos na armadilha — alertou, ao apontar caminhos para melhorar a educação pública em Brasília.

Ele sugeriu, entre outras medidas, a criação de uma faculdade de educação do Distrito Federal para incentivar os jovens para as carreiras do magistério. Propôs ainda uma escola superior para formação de gestores das escolas, o que não requer recursos adicionais, disse, pois pode ser implantada em prédios existentes e com professores do quadro atual.

— É importante que o diretor seja escolhido por seus colegas e pelos pais de alunos, mas como combinar a competência com a democracia? Cria-se uma escola de gestão e quem sonhar em um dia ser diretor de escola, faz o curso. Na hora que tiver o diploma, pode se candidatar, aí os colegas votam, mas só em quem fez o curso — sugeriu.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Telmário apoia ida da CPI do Assassinato de Jovens aos estados

Em discurso na sexta-feira, Telmário Mota (PDT-RR) defendeu que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens visite os estados do Brasil para verificar de perto a realidade das famílias e das principais vítimas dessas mortes: o jovem negro e pobre.

— É fácil fazer leis daqui sem ir ao local, sem extrair informações de lá, onde está ocorrendo a situação grave — disse.

Segundo afirmou, do total de brasileiros mortos violentamente todo ano, 53% são jovens e destes, 77% são negros, sendo 93% do sexo masculino, “os jovens negros desassistidos de política pública, de escola e de uma ação dirigida do Estado para colocá-lo no mercado de trabalho”, avaliou.

Entre os estados que receberão brevemente a visita da CPI, explicou o senador, estão Alagoas, que tem o índice mais alto de assassinatos de jovens do país, e Roraima. De acordo com Telmário, 55,5% dos jovens roraimenses morrem por causa violenta, sendo 21,8% assassinados, 12,6% por suicídio e 21% em acidentes de transporte.

O senador quer estudar por que os índices de suicídio estão elevados, o que vem causando nesses jovens a depressão que os leva a tirar a própria vida, o que se pode fazer para diminuir as mortes no trânsito, especialmente por causa das motocicletas, e o que causa tantos homicídios.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Unidade de conservação no Amazonas foi adiada, informa Sandra Braga

Sandra Braga (PMDB-AM) informou na sexta-feira que a criação da área de preservação no município de Apuí, no sul do Amazonas, não será feita até que a população seja ouvida. Foi a garantia dada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante.

Segundo a senadora, haverá uma reunião em Brasília com ministros, os três senadores do Amazonas, vereadores e o prefeito da cidade para tratar do assunto.

— Todas as providências destinadas a anunciar, no dia 6 de junho, a criação de uma unidade de conservação foram sustadas por determinação do governo federal até que negociações sejam feitas com os setores interessados. Estamos satisfeitos com a garantia que nos foi dada. A população nunca foi contrária à proposta, apenas quer discutir uma solução boa para o meio ambiente e para o município — disse Sandra.

Ela informou que as autoridades locais temem um caos social e econômico se 4 milhões de hectares se transformarem em área de preservação, visto que incluiria o aeroporto, já homologado para uso, e o porto em construção, que será usado para escoar a produção.

— Apuí defende a redução de 4 milhões [de hectares] para 3 milhões, o que garantiria a atividade econômica municipal. Estamos otimistas e vamos obter uma solução que agrade a todos — afirmou a parlamentar.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Gestores devem colocar em prática as políticas para idosos, diz Elmano

Diante do crescimento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer, que saltou de 33 anos no início do século 20 para quase 75 anos em 2013, Elmano Férrer (PTB-PI) disse na sexta-feira que o governo precisa refletir sobre a situação dos idosos. Segundo ele, não faltam leis sobre o assunto, mas a precariedade da vida daqueles que têm 60 anos ou mais persiste.

De acordo com Elmano, o Estatuto do Idoso, a Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa foram importantes conquistas sociais, mas cabe aos gestores federais, estaduais e municipais colocar em prática políticas públicas que assegurem aquilo que está previsto na legislação.

— A ideia é que sobre esses marcos produzam-se políticas públicas regionais para que sejam articuladas e atuem de maneira integrada com o mesmo fim: a concretização dos direitos sociais do idoso no Brasil — disse.

O senador elencou alguns exemplos de políticas e ações sociais exitosas em garantir qualidade de vida para idosos. Entre eles, a Universidade Aberta da Terceira Idade, da Universidade Estadual do Piauí, e o programa Terceira Idade em Ação, da Universidade Federal do Piauí, que oferecem cursos multidisciplinares e de extensão.

— Precisamos lutar para fazer desses casos um exemplo, estendê-los como regra, para que nenhum idoso seja negligenciado em nosso país. É o compromisso do meu mandato.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Projeto cria programa federal de educação integral para melhorar estrutura das escolas públicas e prevê carreira nacional de magistério para eliminar distorções salariais

Comissão vota federalização da educação básica

A COMISSÃO DE Educação (CE) pode aprovar amanhã substitutivo a projeto de lei (PLS 320/2008) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos (FPE), a ser implantado nas escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal. Também autoriza o Poder Executivo a criar a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base na rede pública de ensino estadual, municipal e distrital.

O substitutivo foi elaborado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e pretendeu, conforme explicou o relator, “manter a ideia original do projeto, alterando-o naquilo que poderia impossibilitar sua aprovação”. Dado que o PLS 320/2008 previa mudanças em atribuições do Ministério da Educação, como regime jurídico de contratação e forma de provimento de cargos de servidores públicos, Randolfe decidiu reformular o texto na tentativa de afastar o risco de veto (por vício de iniciativa) pela presidente da República.

Randolfe observou ainda



O autor da proposta, Cristovam Buarque, defende o ensino integral, como na escola do município de Mairiporã (SP)

que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) já havia manifestado preocupação semelhante ao aprovar o PLS 320/2008 com uma emenda. A mudança imprimiu caráter autorizativo ao dispositivo do projeto que criava a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base (CNM).

“A proposição traz em seu bojo medidas mais ousadas, a exemplo da instituição do PFE, que transfere à União a incumbência de oferecer meios para a melhoria da

estrutura física das escolas e para o atendimento de alunos em tempo integral”, comentou Randolfe no parecer.

Posição secundária

Com a descentralização da educação básica, estados e municípios assumiram a responsabilidade de financiar e organizar esse sistema. Apesar de reconhecer avanços nas políticas de valorização e gestão pela qualidade do ensino, Randolfe avalia que o governo federal nunca se

ocupou diretamente com a oferta da educação básica, relegando-a a uma posição secundária na agenda de prioridades nacionais.

A necessidade de mudança na condução da educação básica foi frisada também por Cristovam na justificativa do PLS 320. Diante das dimensões do país e da falta de condições da maioria das escolas e dos professores, optou por defender a implantação gradativa do processo de federalização.

Pelo parecer, o PFE atribui

à União a obrigatoriedade de oferecer meios para a melhoria da estrutura física das escolas públicas de educação básica e para o atendimento aos alunos das redes estaduais e municipais de ensino em tempo integral. Quanto à criação da CNM, tem como objetivo eliminar distorções na remuneração e carreira entre os professores das escolas públicas estaduais e municipais.

“Além de louváveis, as iniciativas descritas podem ser viabilizadas em um prazo razoável, tendo em vista a perspectiva de aumento do investimento público em educação trazida pela meta 20 do Plano Nacional de Educação — 7% do produto interno bruto (PIB) do país em 2019 e 10% do PIB em 2024”, aposta Randolfe.

Por ter sido alterado por substitutivo, o PLS 320/2008 precisará ser submetido a votação em turno suplementar. Como a CE vai examiná-lo em decisão final, o projeto será enviado diretamente para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Indicados ao Conselho de Defesa Econômica passam por sabatina

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina amanhã cinco indicados pela presidente Dilma Rousseff para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Na reunião do dia 26, foi concedida vista coletiva. Todas as indicações têm votos favoráveis dos relatores.

Os indicados são Eduardo Frade Rodrigues, para superintendente-geral, e João Paulo Resende, Paulo Burnier da Silveira, Alexandre Cordeiro Macedo e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, para conselheiros.

Rodrigues, 32 anos, é graduado em direito e relações internacionais. Entrou no serviço público em 2006, por concurso, na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento. Hoje é superintendente-geral interino do Cade.

Resende, 35 anos, é formado em administração pública e doutorando em administração. Também é da carreira de especialista em políticas públicas e gestão desde 2006 e atua como professor.

Formado em direito, Silveira, 33 anos, é doutor pela Universidade de Paris. Atuou na advocacia privada no Brasil e na França e foi assessor

internacional do Cade. É professor na Universidade de Brasília (UnB).

Macedo, 38 anos, é formado em economia e direito e é mestre em direito constitucional. Ingressou no STJ em 2004. Em 2006, tornou-se analista de finanças da CGU. Já foi assessor do corregedor-geral da União e secretário-executivo do Ministério das Cidades.

Cristiane Schmidt, 44 anos, é bacharel em ciências econômicas e mestre e doutora em economia. Atualmente professora e economista do Itaú Asset, foi secretária-adjunta na área de defesa pela concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico, gerente-geral de Assuntos Corporativos da Embratel e economista do Ibre/FGV.

É tarefa do Senado deliberar sobre indicações do Executivo para o Cade. O conselho é uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, cuja missão é zelar pela livre concorrência e atuar na repressão ao abuso do poder econômico. Cabe à entidade, por exemplo, decidir sobre fusões, aquisições e incorporações de grandes empresas, além de investigar a formação de cartéis e outras condutas consideradas nocivas à livre concorrência.

Senadores analisam nome para diretoria da ANA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) faz amanhã a sabatina de Ney Maranhão, indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Em relatório lido na última reunião do colegiado, o senador Otto Alencar (PSDBA) afirmou que o indicado atende aos requisitos para o cargo.

— Além de ter um currículo condizente, é um homem que tem uma vida limpa, não se encontrou nenhuma falha moral na sua carreira no serviço público, o que engrandece muito sua história e seu currículo — disse Otto Alencar.

Indicado pela Presidência da República, Ney Maranhão tem 69 anos e é formado em geologia. Especializou-se em mecânica de rochas, em Portugal, e fez doutorado em engenharia civil, na área de recursos hídricos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em currículo que acompanha a indicação, Maranhão relata experiência profissional em empresas de consultoria que prestaram serviços para diversas usinas hidrelétricas, como Itaipu e São Simão, e em programas de pós-graduação na área.

O indicado atuou ainda na Secretaria de Recursos Hídri-

cos e Saneamento do estado de São Paulo, entre 1999 e 2000, foi superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, de 2010 a 2013, e atualmente é secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e secretário-executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Após a sabatina, a indicação será submetida a votação secreta na CMA, seguindo então para decisão final em Plenário.

Na segunda parte da reunião, os senadores examinam dez proposições na agenda, entre as quais projeto que institui a tarifa social de água e esgoto, destinada a atender famílias com renda mensal per capita de até meio salário

mínimo (PLS 505/2013). A relatora da matéria, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apresentou substitutivo ao texto, do senador licenciado Eduardo Braga (PMDB-AM).

Também consta da agenda projeto que desonera sistemas de logística reversa (PLS 403/2014). Apresentado pelo ex-senador Cícero Lucena, o texto permite a fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a dedução do imposto de renda, até o limite de 4% do imposto devido, dos gastos com postos de entrega de resíduos sólidos, transporte até a reciclagem, reaproveitamento e destinação final adequada. O projeto tem voto favorável do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR).



Otto, presidente da comissão, e o indicado a diretor da agência, Ney Maranhão

Nenhum senador retirou assinatura do requerimento apresentado por Romário para instalação do colegiado que investigará contratos

Confirmada no Senado a criação da CPI da CBF

A CPI COM a finalidade de investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) está pronta para ser instalada. À meia-noite de quinta-feira encerrou-se o prazo de retirada de assinaturas, o que não foi feito por nenhum parlamentar. O senador Romário (PSB-RJ) conseguiu colher 53 assinaturas para o requerimento — 26 a mais que o mínimo necessário.

Os líderes partidários têm agora cinco dias para indicar os senadores que integrarão o colegiado, o que leva em conta o cálculo de proporcionalidade das bancadas e dos partidos no Senado.

A comissão contará com sete membros titulares e igual número de suplentes e terá 180 dias para investigar possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da Seleção Brasileira de Futebol e de campeonatos

organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. O limite de despesas será de R\$ 100 mil.

A CPI foi proposta por Romário logo após a prisão pelo FBI, na quarta-feira, de dirigentes ligados à Fifa suspeitos de corrupção, lavagem de dinheiro e extorsão envolvendo a organização de competições e contratos de marketing e televisionamento. Entre os presos, está o ex-presidente da CBF José Maria Marin. O senador argumentou que “este é o momento oportuno para fazer uma devassa na CBF”.

A CPI da CBF será a sexta comissão parlamentar de inquérito em funcionamento no Senado. As outras cinco CPIs são as seguintes: do assassinato de jovens, do Carf, das próteses, dos fundos de pensão e do HSBC.



Romário consegue a adesão da senadora Gleisi Hoffmann ao requerimento durante a sessão plenária de quarta-feira

Relatório da MP do Futebol será analisado amanhã

Estão marcadas para amanhã a apresentação e a votação do relatório da comissão mista que analisa a Medida Provisória 671/2015 — a MP do Futebol. O relator é o deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

A MP possibilita o refinanciamento de dívidas fiscais e trabalhistas dos clubes de futebol. A ferramenta para isso é a adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

Clubes que aderirem ao Profut têm débitos parcelados e precisam cumprir uma série

de contrapartidas de responsabilidade fiscal, tais como não antecipar receitas, publicar demonstrações contábeis, manter um conselho fiscal e prever punições a dirigentes.

Também é necessário que os clubes sigam algumas regras de gestão interna determinadas pelo programa, como limitar a duração do mandato presidencial, obedecer a um teto de gastos com futebol profissional, manter investimentos na formação de atletas e futebol feminino e garantir a participação de atletas nas decisões internas.

O Profut também pode enquadrar entidades esportivas, tais como federações estaduais ou a CBF. Os clubes no Profut só podem participar de competições organizadas por entidades que obedeçam a alguns requisitos — exigir regularidade fiscal dos filiados, por exemplo. As próprias entidades também podem aderir ao refinanciamento, caso necessitem. Até o momento, nenhum clube aderiu.

A MP tem validade até 17 de julho. Se for aprovada pela comissão, segue para os Plenários da Câmara e do Senado.

Debate aponta potencial da aquicultura

O clima favorável, a abundância de recursos hídricos e a situação no centro geodésico do Brasil tornam propício o desenvolvimento da aquicultura no Tocantins, segundo participantes de audiência da Comissão de Agricultura (CRA) em Palmas, na sexta-feira. Senadores e especialistas, que também discutiram perspectivas da agricultura de baixo carbono, ressaltaram a necessidade de apoio à pesquisa para o progresso da aquicultura e cobraram investimentos em infraestrutura e remoção de entraves burocráticos.

Carlos Magno Rocha, chefe-geral da Embrapa Pesca e Aquicultura, classificou a aquicultura como o maior agronegócio do mundo, mas alertou que o Brasil está apenas “tateando” na exploração de seu grande potencial na

área. Para ele, o país pode assumir posição de destaque na criação de peixes.

Para Clemente Barros Neto, secretário estadual de Agricultura e Pecuária, Tocantins é o “estado das águas”, com potencial de produzir 900 mil toneladas de pescado por ano. Ele saudou convênio com a Embrapa que deverá impulsionar a iniciativa privada na criação de peixes no estado.

Para Sílvia Setubal, professora do Instituto Federal de Educação do Tocantins, falta capacidade técnica e assessoria para empreendimentos de pesca e aquicultura, e a formação nessas áreas é dificultada pela falta de cursos permanentes.

Rocha assinalou o aumento da contribuição do país para a segurança alimentar do mundo. Ele contestou as críticas da imprensa interna-

cional ao desmatamento no Brasil, atribuindo-as a uma percepção injusta sobre um país que tem “feito o dever de casa” na preservação e a um conjunto de “interesses comerciais”. No mesmo sentido, representando o Ministério da Pesca e Aquicultura, Luis Sabanay destacou o baixo impacto da produção de pescado na geração de carbono. Ele chamou a atenção para a questão da distribuição da água, que, a seu ver, deve ser um fator de distribuição de justiça, e afirmou que o gerenciamento dos recursos hídricos requer “fortíssima” presença do Estado.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a audiência, criticou a falta de integração entre os órgãos responsáveis pelo apoio aos aquicultores e lamentou o desconhecimento dos brasileiros sobre o potencial da aquicultura no país:

— Notamos que há uma “desintegração” entre os diversos órgãos do governo e do setor privado. Há uma falta de comunicação sobre o que é a pesca: o Brasil não sabe a riqueza que tem. Com as redes virtuais, é inadmissível que não usemos esse espaço para mostrar o que temos.

A audiência interativa ocorreu na da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins).

Comissão decide sobre MP que altera tabela do Imposto de Renda

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 670/2015 se reúne amanhã para votar o relatório. O texto, que reajusta a tabela do Imposto de Renda, já teve a vigência prorrogada por 60 dias no início de maio e ainda precisará ser votado pelo Senado e pela Câmara depois do exame do colegiado.

Fruto de negociações entre o governo federal e o Congresso, a MP promove uma correção

escalonada das faixas salariais da tabela do IR. O reajuste é de 6,5% para as duas primeiras faixas, 5,5% para a terceira, 5% para a quarta e 4,5% para a quinta e última. A renda mensal máxima para isenção passa a ser de R\$ 1.903,98.

A comissão é presidida pelo deputado Afonso Florence (PT-BA) e tem como relator o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). O texto do relator ainda não está disponível.

CPI do Carf ouve delegados da Polícia Federal e presidente do conselho

A CPI que apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) faz audiência pública amanhã para ouvir o presidente do Carf, Carlos Barreto, e o delegado da Polícia Federal (PF) Oslain Campos Santana, um dos responsáveis pela Operação Zelotes, que identificou irregularidades no conselho. Estará presente ainda o delegado Marlon Cajado, que também trabalhou na investigação.

A CPI foi instalada a partir da operação da PF, que investigou denúncia de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores

públicos e conselheiros do Carf criaram esquema de manipulação de julgamentos, propiciando a redução de multas de sonegadores de impostos. O Carf é órgão do Ministério da Fazenda onde os contribuintes podem contestar administrativamente multas aplicadas pela Receita Federal.

Já foram comprovados prejuízos de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos, mas auditores envolvidos na operação avaliam que a fraude pode ultrapassar R\$ 19 bilhões. A comissão é presidida por Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e tem como relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Senadores Dário Berger, Ana Amélia e Donizeti Nogueira durante a audiência

Nova coluna semanal vai contribuir para ampliar acesso à informação pública do Senado apresentando resultados obtidos com medidas de austeridade administrativa

Transparência ganha espaço fixo no jornal

O **JORNAL DO Senado** estreia na próxima semana a coluna semanal *Senado Transparente*, que toda segunda-feira vai informar resultados das medidas de austeridade administrativa

e de livre acesso à informação que vêm sendo implementadas. Desde 2013, quando Renan Calheiros assumiu a Presidência da Casa, foram alcançadas reduções anuais de até 36% em

despesas como energia elétrica, água e telefonia fixa. Iniciativas como o painel eletrônico e o fim do uso do papel na tramitação também contribuem para a economia do Senado.



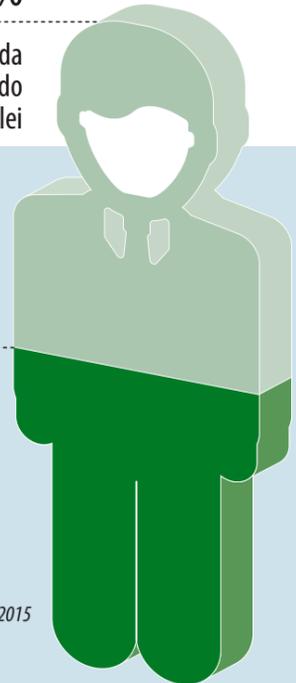
0,86%

Máximo da receita líquida da União para gasto do Senado com pessoal, segundo a lei



0,40%

Despesa com pessoal no Senado no primeiro quadrimestre de 2015



Fonte: Siafi 2015

Gastos com pessoal: metade do que permite a lei

O Senado manteve estáveis os gastos com pessoal pelo oitavo exercício financeiro consecutivo. Segundo o *Relatório de Gestão Fiscal*, divulgado na sexta-feira, a Casa utiliza 0,4% da receita líquida da União para cobrir a remuneração de servidores efetivos, comissionados e senadores.

O índice abrange o período entre maio de 2014 e abril de 2015 e representa proporção semelhante à que o Senado vem praticando desde 2008.

Essa porcentagem corresponde a menos da metade (47%) do limite máximo permitido para gastos com pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo a LRF, os órgãos públicos devem manter os gastos com pessoal dentro de um limite máximo que varia entre os diferentes poderes e também de órgão para órgão (de acordo com a dotação orçamentária e a natureza das atividades). No caso do Senado, o limite máximo é de

0,86% da receita líquida da União.

Assim, o Senado contribuiu para que o Poder Legislativo fechasse o ano de 2014 com um desempenho melhor do que o Executivo e o Ministério Público, que atingiram, respectivamente, 69% e 75% dos seus limites máximos. O Supremo Tribunal Federal (STF) atingiu 50%.

Dentro do Legislativo, a Câmara dos Deputados chegou a 42%, e o Tribunal de Contas da União (TCU), a 41%.

Direito de greve no serviço público é tema de audiência interativa

O DIREITO DE greve é o tema da audiência interativa que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje, às 9h, a pedido de Paulo Paim (PT-RS). A Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva dos servidores públicos, será um dos assuntos abordados.

Os participantes devem discutir projeto da própria CDH que regulamenta a convenção. O texto (PLS 287/2013) trata de conflitos entre servidores e o Estado, de direito de greve e estabelece as diretrizes para negociação coletiva da administração pública no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A audiência será interativa. O cidadão poderá participar com comentários ou perguntas por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

Foram convidados líderes sindicais de diferentes categorias do setor público. Entre eles, a presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da

Receita, Margarida Lopes de Araújo; o diretor de Políticas Sociais e Assuntos Especiais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, José Devanir de Oliveira; o secretário-geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Rudinei Marques; e o diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Luis Carlos Castro. Também participarão o advogado Rudi Cassel; o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Eduardo Mendonça; e representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da CUT e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

Em debate, a transição para a TV digital

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) fará audiência pública amanhã, às 9h, sobre o processo de desligamento do sinal analógico e a migração para o sistema de TV digital no país.

Senadores e convidados vão analisar formas de garantir o acesso da população em geral, especialmente dos segmentos de menor renda, aos equipamentos necessários ao uso das ferramentas de interatividade. O ingresso nos sistemas de atendimento público que serão oferecidos pela TV digital também está na pauta.

A iniciativa partiu de Hélio José (PSD-DF). Ele lembra que, em julho do ano passado, o Ministério das Comunicações, por meio da Portaria 481, determinou a distribuição gratuita de antenas e conversores digitais para 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família em todo o país.

Trata-se de uma contrapartida das empresas de telecomunicações vencedoras do leilão para exploração do

serviço. Contudo, a portaria deixou de contemplar a instalação das antenas para que o sinal possa ser captado.

“É fundamental esclarecer os mecanismos legais e administrativos a serem adotados neste ano para que a migração ocorra conforme o esperado”, diz o parlamentar no requerimento.

O Brasil está no meio de um processo de mudança do sistema de transmissão da televisão analógica, aberta e gratuita, para o digital. Segundo calendário do Ministério das Comunicações, o Distrito Federal será o primeiro a desligar totalmente o sinal analógico, a partir de abril de 2016, seguido de outras grandes regiões metropolitanas. O cronograma de desligamento do sinal analógico vai até 2018. Ele só poderá ser extinto, porém, quando ao menos 93% da população local estiver recebendo o sinal digital.

Convidados

Deverão participar do debate o presidente do Grupo de Implantação do Processo

de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired), Rodrigo Zerbone; o diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve; o presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Luiz Claudio Costa; o diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV, Antonio Carlos Martelletto; o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), Daniel Pimentel Slaviero; e o secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Emiliano José, que vai representar o ministro Ricardo Berzoini.

ACOMPANHE E PARTICIPE

AMANHÃ, às 9h

- ▶ **Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** (0800-612211)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado já rejeitou médico e general para o STF

Nos 125 anos do Supremo Tribunal Federal, apenas 5 indicados pelo presidente da República foram barrados pelos senadores. Todas as negativas ocorreram em 1894, no governo Floriano

Ricardo Westin

O SENADO APROVOU há duas semanas o advogado Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF). A toga de ministro não veio fácil. Indicado pela presidente Dilma Rousseff, ele passou 11 horas sendo interrogado pelos senadores e, no final, recebeu 52 votos a favor — só 11 além do mínimo necessário — e 27 contra.

Se Fachin tivesse sido barrado, uma tradição teria se quebrado. O STF foi criado em 1890, após a Proclamação da República. Nestes 125 anos, apenas cinco indicações do presidente foram derrubadas pelos senadores. Todas as rejeições ocorreram em 1894, no governo do marechal Floriano Peixoto.

O caso mais emblemático foi o de Cândido Barata Ribeiro, que amargou a reprovação quando já atuava como ministro do STF. Na época, o escolhido podia assumir as funções antes de o Senado votar a indicação. Após dez meses julgando processos, Barata Ribeiro foi obrigado a deixar o casarão da Rua do Passeio, no Rio, onde os juízes da alta corte despachavam.

O breve ministro hoje é mais conhecido por ser tio-avô do comediante Agildo Ribeiro e dar nome a uma rua de Copacabana. Seu currículo, no entanto, vai muito além.

Barata Ribeiro foi uma das figuras mais influentes do país. Ele era médico-cirurgião e lecionava na Faculdade de Medicina do Rio. Foi expoente dos movimentos pelo fim da escravidão e da monarquia e, mais tarde, prefeito do Distrito Federal (o status do Rio após a queda de dom Pedro II).

Apesar dessas credenciais, os senadores concluíram que Barata Ribeiro não poderia ficar no STF. Motivo: ele não

tinha formação jurídica.

Floriano havia feito a nomeação aproveitando-se de uma brecha na lei. A Constituição de 1891 exigia dos ministros do STF “notável saber” — sem especificar o tipo de saber.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda o histórico parecer emitido pelos senadores no Palácio Conde dos Arcos, a sede da Casa, em setembro de 1894. Diz o documento:

“Mentiria a instituição [STF] a seus fins se entendesse que o sentido daquela expressão ‘notável saber’, referindo-se a outros ramos de conhecimentos humanos, independesse dos que dizem respeito à ciência jurídica, pois que isso daria cabimento ao absurdo de compor-se um tribunal judiciário de astrônomos, químicos, arquitetos.”

Senso jurídico

Em outro ponto do parecer, os senadores foram ainda mais duros e escreveram que, na qualidade de prefeito do Distrito Federal, ele havia demonstrado “não só ignorância do direito, mas até uma grande falta de senso jurídico”. De fato, Barata Ribeiro várias vezes agiu com truculência e governou passando por cima do Conselho Municipal (a atual Câmara Municipal).

Para Barata Ribeiro, o “não” dos senadores não foi novidade. Em 1893, ele havia passado por um constrangimento parecido. Após meses governando a capital, nomeado por Floriano, o médico foi defenestrado porque os senadores não lhe deram a aprovação. Naquele tempo, também o prefeito do Rio precisava do crivo do Senado.

Para o historiador Marco Antonio Villa, autor de *A História das Constituições Brasileiras* (ed. Leya), não é saudável que o STF abrigue juízes com passado político:



Até sua indicação ser derrubada pelo Senado, Barata Ribeiro despachou por dez meses no casarão da Rua do Passeio (foto acima), a sede do Supremo em 1894



— Os embates são muito comuns na política, e os rancores acabam ficando. Quem garante que esse ministro vai julgar os casos políticos com a isenção necessária?

A recusa dos senadores não foi exclusivamente técnica. Houve razões políticas. Nem o Senado nem o STF viam Floriano com simpatia. O segundo presidente, que governou de 1891 a 1894, protagonizou episódios de desrespeito às leis e de violência — daí a alcunha Marechal de Ferro.

Sua própria posse foi feita na marra. Como o marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente, renunciou menos de dois anos depois de ter sido eleito pelo Congresso, a Constituição previa nova eleição. O vice Floriano atropelou a lei e assumiu o poder.

Por causa da Revolução Federalista, nos estados do Sul, e da Revolta da Armada, no Rio, o presidente pôs boa parte do país em estado de sítio. Isso lhe permitiu prender os adversários com facilidade,

sem processos policiais ou judiciais. Vários presos, porém, ganharam a liberdade graças aos habeas corpus pedidos pelo advogado e senador Ruy Barbosa e concedidos pelo STF. Irritado, Floriano ameaçou prender os juízes:

— Se os ministros do tribunal concederem ordens de habeas corpus contra os meus atos, eu não sei quem amanhã dará aos ministros os habeas corpus que eles, por sua vez, necessitarão.

Reuniões secretas

Depois de Barata Ribeiro, Floriano indicou onze nomes para o STF. O Senado rejeitou quatro. Dois deles também não tinham formação em direito: Ewerton Quadros, general que havia sido decisivo para o fim da Revolução Federalista, e Demóstenes Lobo, diretor-geral dos Correios.

Os outros recusados eram graduados em direito, mas não chegavam a ser expoentes do mundo jurídico: o general Galvão de Queiroz e o subprocurador da República Antônio Seve Navarro. De qualquer forma, nunca se souberam os motivos exatos que levaram o Senado a não aceitar as indicações. As sessões eram secretas, e as atas se perderam. A divulgação do

parecer sobre Barata Ribeiro foi exceção.

Sem ter detalhes sobre as sessões do Senado, o jornal *O Paiz* precisou se desculpar com os leitores: “Não entram cronistas nem repórteres no recinto, os empregados mais familiares da Casa são banidos do local e as próprias paredes pouco ouvem”.

Diz a servidora do STF Maria Ângela Oliveira, autora de um estudo sobre as cinco nomeações recusadas em 1894:

— Apesar dos problemas, não se pode dizer que o método de escolha dos ministros era ruim. Antes, o imperador escolhia livremente os conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça [antecessor do STF]. Depois, a indicação do Executivo para o Judiciário passou a depender do aval do Legislativo. Isso tornou a escolha dos ministros democrática e fortaleceu a independência dos três Poderes.

Constatada a lacuna da Constituição de 1891, todas as Constituições posteriores deixaram claro que os ministros do STF precisariam ter notável saber “jurídico”. O processo no Senado foi aperfeiçoado. As sessões se tornaram públicas, e o indicado passou a ser sabatinado pelos senadores.

Barata Ribeiro era uma personalidade poderosa. A perda dos cargos de prefeito e ministro não lhe abalou o prestígio político. Poucas semanas depois de ser retirado do STF, ele fundaria o Partido Republicano Constitucional. Cinco anos mais tarde, ironicamente, seria eleito senador e passaria a ser colega de muitos dos políticos que lhe haviam negado a prefeitura e o Supremo Tribunal Federal.

O parecer dos senadores pela reprovação de Barata Ribeiro

A seguir, trechos do documento de 1894 em que a Comissão de Justiça e Legislação enumera as razões por que não aprovou o médico Cândido Barata Ribeiro para o STF

Considerando que para o regular e completo desempenho de suas funções é absolutamente necessário que os ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal sejam notáveis por seu saber em quaisquer ramos de conhecimentos humanos, não menos o sejam nos diversos e vastos ramos de jurisprudência que entendem com a organização política do país: legislação federal e estadual, tratados e convenções internacionais, direitos marítimo, criminal, civil e internacional, criminologia política;

Considerando que mentiria a instituição a seus fins se entendesse que o sentido daquela expressão “notável saber”, referindo-se a outros ramos de conhecimentos humanos, independesse dos que dizem respeito à ciência jurídica, pois que isso daria cabimento ao absurdo de compor-se um tribunal judiciário de astrônomos, químicos, arquitetos etc., sem inquirir-se da habilitação profissional em direito;

Considerando que, mesmo sendo possível concluir pela legitimidade da

nomeação para membro do Supremo Tribunal Federal de um indivíduo não diplomado por alguma das faculdades de direito da República, não se pode, todavia, concluir senão pela nomeação de pessoa de notável saber jurídico, e não de quem nunca gozou dessa reputação nem revelou nem sequer mediocre instrução em jurisprudência;

Considerando que o nomeado, no exercício de importante cargo administrativo em que anteriormente se achou [prefeito do Distrito Federal], revelou não só ignorância do direito, mas até uma grande falta de senso jurídico, como é notório e evidenciada-se da discussão havida no Senado de diversos atos seus praticados na qualidade de prefeito desta cidade e pelo Senado rejeitados.

É de parecer a comissão:

Que a nomeação do dr. Cândido Barata Ribeiro para ministro do Supremo Tribunal Federal não está no caso de ser aprovada.

Veja vídeo da Agência Senado:
<http://bit.ly/arquivoSsupremo>

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.

ACONTECEU NO SENADO



Senadores debatem medidas provisórias durante votação em Plenário: críticas ao endurecimento do seguro-desemprego, vitória contra o fator previdenciário e protestos contra os “contrabandos legislativos”

Aprovadas as medidas provisórias para equilibrar as contas públicas

■ O Senado aprovou as três medidas provisórias do ajuste fiscal proposto pelo Executivo para reequilibrar as contas públicas. Na terça-feira, com críticas de vários senadores, inclusive alguns da base governista, foi aprovada por 39 votos a 32 a MP 665/2014, que endurece as regras para a concessão do seguro-desemprego, do seguro-defeso e do

abono salarial. Na quarta, passou a MP 664/2014, que altera as regras para o recebimento do auxílio-doença e da pensão por morte. Em compensação, a medida ganhou um benefício aos aposentados, introduzida na Câmara: o fim da adoção obrigatória do fator previdenciário, que reduzia em até 40% o valor das aposentadorias. Já a MP 668/2014, que

aumenta as alíquotas de duas contribuições incidentes sobre as importações, o PIS-Pasep e a Cofins, foi votada na quinta-feira sob mais protestos dos senadores. Eles reclamaram do número excessivo de “contrabandos legislativos” — temas estranhos ao objetivo original da proposta — que haviam sido aprovados pelos deputados. O presidente do

Senado, Renan Calheiros, pediu à Secretaria-Geral da Mesa que encontre uma forma de separar, na análise das MPs, a proposta original e os textos intrusos. Em encontro com prefeitos na quarta-feira, ele voltou a criticar o ajuste fiscal do governo por penalizar o trabalhador e não diminuir o tamanho da máquina do Estado.

PINHEIRO PRESIDE COMISSÃO DESTINADA A APERFEIÇOAR O PACTO FEDERATIVO

■ Foi instalada na quarta-feira a Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo, que terá a atribuição de reunir para votação todos os projetos em discussão na Casa que possam melhorar a situ-

ação financeira de estados e municípios. Presidida por Walter Pinheiro (PT-BA), a comissão tem como relator Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e como vice Simone Tebet (PMDB-MS).

ESPECIALISTAS COBRAM ATENÇÃO AO TRATAMENTO DO LÚPUS

■ A demora no diagnóstico e as falhas no tratamento prejudicam portadores de lúpus. Essa foi a conclusão de especialistas em audiência pública na Comissão de Educação na quinta-feira. O lúpus é uma doença autoimune — quando o corpo produz anticorpos contra si — e que afeta 150 em cada grupo de 100 mil brasileiros.



Genildo Magela/Agência Senado

DEBATEDORES PEDEM INVESTIMENTO NO FUTEBOL FEMININO DO PAÍS

■ Na quarta, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promoveu debate sobre a situação do futebol feminino no país. Os participantes reivindicaram mais incentivo financeiro e um calendário que ocupe os times na maior parte do ano.

SEGUNDO TCU, PAÍS NÃO MEDE IMPACTO DE POLÍTICAS DE CIÊNCIA

■ O Brasil não tem instrumentos adequados para medir o impacto das políticas de ciência, tecnologia e inovação, disse Angela Brusamarello, do TCU, em debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF).



Microcos Oliveira/Agência Senado

TOMBINI PREVÊ QUE INFLAÇÃO VOLTE À META DE 4,5% ATÉ O FIM DE 2016

■ O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participou de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento na terça-feira, quando previu a redução gradual da inflação até o fim de 2016, do atual patamar de 8% para 4,5%. Ele disse que 2015 será um ano de transição e reconstrução de bases. A análise não convenceu os parlamentares.

PARA MANGABEIRA, CORTES NÃO INVIABILIZAM “PÁTRIA EDUCADORA”

■ O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Mangabeira Unger, disse na terça-feira que o corte de R\$ 9,42 bilhões nos recursos do Ministério da Educação (19,3% do orçamento da pasta) não deverá inviabilizar o projeto Pátria Educadora. A declaração foi feita na Comissão de Educação.

MINISTRO EXPLICA POSIÇÃO DO BRASIL SOBRE VIOLAÇÃO A DIREITOS HUMANOS

■ Na quinta, a Comissão de Relações Exteriores ouviu o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre a abstenção do Brasil na votação de resoluções da ONU que condenam a violação de direitos humanos no Irã e na Síria. Vieira também falou sobre a posição do país quanto à denúncia de desrespeito a direitos na Venezuela.



Genildo Magela/Agência Senado

AUDIÊNCIA MOSTRA FALTA DE CONSENSO SOBRE TESTES EM ANIMAIS

■ Na quarta-feira, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) discutiu em audiência pública a restrição ao uso de animais em testes na indústria de cosméticos, higiene pessoal e perfumes. A mudança está prevista Projeto de Lei da Câmara (PLC) 70/2014.

ASSENTAR TODOS OS ACAMPADOS É META DO GOVERNO, GARANTE PATRUS

■ Em audiência na quinta na Comissão de Agricultura (CRA), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, destacou o compromisso do governo federal de assentar todas as famílias hoje acampadas no país. O governo já registra a presença de 60 mil pessoas em acampamentos.



Waldemir Barreto/Agência Senado